Super-Receita enfrenta prova de fogo na CÃ¢mara

A Medida ProvisÃ³ria 258, que criou a chamada Super-Receita, deve ir Ã votaÃ§Ã£o na CÃ¢mara dos Deputados nesta terÃ§a-feira (18/10). Para aprovar a medida de seu interesse, o governo terÃ¡ de driblar oposiÃ§Ã£o e categorias de trabalhadores envolvidas no Ã³rgÃ£o. Picuinhas Ã parte, a principal discussÃ£o Ã© a transferÃªncia da administraÃ§Ã£o dos recursos previdenciÃ¡rios para a UniÃ£o.

A MP jÃ¡ tranca a pauta na CÃ¢mara e, se o prognÃ³stico se confirmar, deve continuar trancando. O prazo para votaÃ§Ã£o termina em 18 de novembro. O relator da medida, deputado Pedro Novais (PMDB-MA), procurou atender mais a proposta patrocinada pela Receita Federal do que procuradores, auditores e tÃ©cnicos do Ã³rgÃ£o e do INSS que fazem ferrenha oposiÃ§Ã£o Ã Receita Federal do Brasil (nome pomposo da chamada Super-Receita). Segundo o secretÃ¡rio da Receita, Jorge Rachid, o Ã³rgÃ£o tem acompanhado o processo legislativo, â??em ambiente de total harmonia e colaboraÃ§Ã£o mÃºtuaâ?•.

No texto que serÃ¡ apresentado na terÃ§a, Novais proporÃ¡ uma soluÃ§Ã£o para a questÃ£o do caixa Ãºnico da Receita Federal e da PrevidÃªncia, considerado inconstitucional por muitos que entendem que a administraÃ§Ã£o dos recursos previdenciÃ¡rias tem de ser indireta, ou seja, nÃ£o pode ser feita pelo governo. A soluÃ§Ã£o proposta pelo relator Ã© manter a arrecadaÃ§Ã£o pela UniÃ£o, mas destinar os recursos diretamente ao caixa do INSS, que manterÃ¡ a administraÃ§Ã£o e a responsabilidade de pagar os benefÃcios previdenciÃ¡rios. Segundo o consultor legislativo do deputado, Magno AntÃ´nio Correa de Melo, desta forma o dinheiro do INSS nÃ£o passa pelo caixa do Tesouro.

Para o procurador federal da AGU â?? Advocacia Geral da UniÃ£o Rodrigo Chaves, a medida Ã© apenas uma manobra. â??A PrevidÃªncia nÃ£o precisa de um intermediÃ¡rio para receber o dinheiro.â?• Ele ainda afirma que uma emenda que garante que a arrecadaÃ§Ã£o previdenciÃ¡ria nÃ£o passe pelas mÃ£os da UniÃ£o serÃ¡ apresentada na terÃ§a como destaque. â??A maior resistÃªncia quanto a esse destaque Ã© da bancada do governoâ?•, diz.

Chaves acredita que, se o governo mantivesse o caixa da Receita totalmente separado da PrevidÃªncia, o governo nÃ£o encontraria tanta dificuldade para aprovar a MP.

VotaÃ§Ã£o da terÃ§a

A sessÃ£o dos deputados na terÃ§a-feira promete. Para os servidores envolvidos na questÃ£o, o texto que serÃ¡ apresentado pelo deputado Pedro Novais nÃ£o sÃ³ nÃ£o atende Ã s reivindicaÃ§Ãµes das categorias como piorou. Entre os sindicatos, mesmo o Unafisco â?? Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que reconhece uma melhora no texto, nÃ£o se diz satisfeito. Segundo Tiago Spengler, diretor adjunto de ComunicaÃ§Ã£o Social do sindicato, apenas trÃªs dos 11 pedidos da categoria foram atendidos.

Para o Sindireceita â?? Sindicato Nacional dos TÃ©cnicos da Receita Federal, que decidiu manter a greve de protesto contra a criaÃ§Ã£o da Super-Receita atÃ© o prÃ³ximo sÃ¡bado (22/10), a proposta apresentada pelo relator piorou o texto original. â??O relator, que Ã© fiscal aposentado, nÃ£o corrigiu a

2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

injustiÃ§a de atribuir aos tÃ©cnicos da Receita Federal do Brasil a funÃ§Ã£o de auxiliar o exercÃcio das atividades fiscais, funÃ§Ã£o esta que nÃ£o corresponde ao conjunto de atividades efetivamente exercidas por nossa categoriaâ?•, disse o presidente do sindicato, Paulo Antenor de Oliveira.

A disputa corporativa entre tÃ©cnicos e auditores fez com que o deputado Pedro Novais, ao escrever o relatÃ³rio, procurasse agradar ou desagradar igualmente as duas classes. TÃ©cnicos nÃ£o querem ser chamados de auxiliares. Querem tambÃ©m o diireito de serem promovidos a auditores. Estes, por sua vez, afirmam que, para ser auditor, sÃ³ passando em concurso pÃºblico.

Vai-nÃ£o-vai

A questÃ£o Ã©: se o governo, que jÃ¡ sofreu tremenda derrota ao tentar passar a chamada MP do Bem, tambÃ©m perder no caso da Super-Receita, tudo volta a ser como antes?

Se isso realmente acontecer, nÃ£o hÃ¡ como se estimar o prejuÃzo, seja ele financeiro ou administrativo. O fato Ã© que as Secretarias da Receita Federal e PrevidenciÃ¡ria ainda estÃ£o em processo de unificaÃ§Ã£o. E, atÃ© nesse ponto, as categorias se opÃµem. Para o Unafisco, nÃ£o haverÃ¡ maiores problemas em nÃ£o aprovar a medida e desfazer o que foi feito atÃ© agora. O Sindireceita defende que a MP seja aperfeiÃ§oada e, posteriormente, aprovada, jÃ¡ que as mudanÃ§as que jÃ¡ foram feitas nÃ£o seriam desfeitas assim, tÃ£o simples.

A posiÃ§Ã£o mais otimista, seja ela realista ou nÃ£o, Ã© da Receita Federal do Brasil. O Ã³rgÃ£o nÃ£o fala quais seriam as conseqÃ¼Ãªncias se a MP 258 caÃsse. â??NÃ£o trabalhamos com essa hipÃ³teseâ?•, diz o secretÃ¡rio da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid.

2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.